

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS –
CTIL
ATA DA 88ª REUNIÃO**

4Data: 28 de novembro de 2006 (9h20 às 18h10).

5Local: Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília-DF.

6PARTICIPANTES:

7Ministério do Meio Ambiente – SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

8Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)

9Ministério da Integração Nacional: Paulo Roberto Soares Jr. (paulorsjunior@yahoo.com.br)

10Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)

11Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos

12(mauricio.lopes@ana.gov.br)

13Ministério de Minas e Energia: Marina Gutierrez Brandão Scalon (marina.scalon@mme.gov.br)

14Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Espírito Santo e Minas Gerais: Adriana Araújo Ramos

15(adriana.ramos@igam.mg.gov.br)

16Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Rio de Janeiro e São Paulo: Luiz Fernando Carneseca

17(lcarneseca@sp.gov.br)

18Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Bahia e Ceará: Ana Cristina Monteiro Mascarenhas

19(crismascarenhas@semarh.ba.gov.br)

20Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Sergipe e Piauí: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-

21depc@seplantec.se.gov.br)

22Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira

23(sonali@chesf.gov.br)

24Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)

25Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Wilson de Azevedo

26Filho (azefilho@hotmail.com)

27Comitês: Marcus Vinicius Lopes da Silva (cbhmogi@siteplanet.com.br)

28Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Daniela S. Pinto

29(daniela@ecodata.org.br)

30Organizações não governamentais: (ausência)

31Organizações técnicas de ensino e pesquisa: Gilberto Valente Canali (gvcanali@uol.com.br)

32CONVIDADOS:

33Ana Maria Gennari – DAEE/SP (amgennari@sp.gov.br)

34Carlos Eduardo M. de Proença – SEAP/PR (cemproenca@seap.gov.br)

35Christian André Haddad Govatski – DMSE/MME (christian.govatski@mme.gov.br)

36Denes Martins da Costa Lott – CVRD (denes.lott@cverd.com.br)

37Eliane Pinto Barbosa – AGEVAP/CEIVAP (ebarbosa@ceivap.org.br)

38Gabriela Rocha de Souza – Elabore Consultoria (gabriela.rocha@elabore.com.br)

39Helder Naves Torres – MME (helder.torres@mme.gov.br)

40João Clímaco Soares de Mendonça – FONASC-CBH (clímaco@uai.com.br)

41Leonardo Mitre Alvim de Castro – ANA (mitre@ana.gov.br)

42Luiz Augusto Bronzatto – SRH/MMA (luiz.bronzatto@mma.gov.br)

43Marcelo Medeiros – CPRM/MME (marcelo@df.cprm.gov.br)

44Marcelo Sampaio – SEAP/PR (marcelo@seap.gov.br)

45Marco Antônio Motta Amorim – SRH/MMA (marco.amorim@mma.gov.br)

46Marco Aurélio Guimarães – Ministério da Defesa (adj3saej1@eme.eb.mil.br)

47Maria Aparecida Pimentel Vargas – CEIVAP (vargasma@terra.com.br)

48Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)

49Mariana R. Cavalcante – PATRI (mariana.cavalcante@patri.com.br)

50Márley Caetano de Mendonça – SRH/MMA (marley.mendonca@mma.gov.br)

51Martha Regina Von Borstel Sugai – COPEL/PR (martha.sugai@copel.com)

52Nelson Neto de Freitas – ANA (nelson.freitas@ana.gov.br)

53Ninon Machado de Faria Leme Franco – Instituto Ipanema (ninonmachado@terra.com.br)

54Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM/CNI (tita@uaigiga.com.br)

55Patrick Thomas – ANA (patrick@ana.gov.br)

56Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br)

57Rodrigo Siqueira Ferreira – FONASC-CBH (rodrigosiqfer@hotmail.com)

58Wilson Bonança – FAESP (wbonanca@srjundiai.com.br)

59Wilson Cabral de Souza Júnior – ITA (wilson@ita.br)

60RELATOR:

61 ■ Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – SRH/MMA (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)

62ASSUNTOS DISCUTIDOS:

63 Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e oito de novembro de 2006, no miniauditório da
64 Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília/DF, iniciou-se a 88ª reunião da
65 Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, do Conselho Nacional de
66 Recursos Hídricos – CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu
67 Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e desejou boas
68 vindas a todos. Nos **Informes**, falou sobre a 16ª Reunião Ordinária do CNRH, a ser realizada
69 em 7 de dezembro próximo, com destaque para o início das comemorações dos 10 anos de
70 aprovação da Lei nº 9.433, de 1997. Citou ainda o 1º Congresso Aquífero Guarani, a ser
71 realizado em Campo Grande-MS, no período de 13 a 15 de dezembro próximo. O objetivo,
72 disse, seria a busca de experiências exitosas dos segmentos usuários da água no Aquífero.
73 Destacou ainda a mobilização ocorrida sobre o tema nos países integrantes do Aquífero e
74 terminou fazendo um convite à participação de todos. A Sra. Ninon Machado (ONGs)
75 informou sobre o encontro da Parceria Lusófona pela Água, dias 7 e 8 de dezembro próximos,
76 em Brasília-DF, com o objetivo de se discutir um plano de ação para ajuda aos países
77 integrantes, nos aspectos pertinentes. Passou-se então ao **Item 2 de pauta: aprovação da ata**
78 **da 87ª reunião da CTIL**, o que ocorreu com as modificações solicitadas pela Sra. Sonáli
79 Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) e pela Sra. Maria Luiza Werneck
80 (Indústria). O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e
81 turismo) ficou de encaminhar a sua contribuição. A Sra. Ninon Machado (ONGs) solicitou
82 que o Item 10 de pauta fosse analisado como primeiro item, o que contou com a concordância
83 de todos. Assim, passou-se ao **Item 10 de pauta: análise da proposta de Resolução que**
84 **“aprova o documento denominado Estratégia de Implementação do Plano Nacional de**
85 **Recursos Hídricos”**. A Sra. Ninon Machado (ONGs), indicada pela CTPNRH para apresentar
86 a matéria, iniciou destacando o lado prático do documento denominado “Estratégia de
87 Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos” (**Anexo II**) de atendimento aos
88 prazos para o planejamento orçamentário do Governo Federal. Falou da previsão de sua
89 apresentação e aprovação no âmbito do CNRH no volume de Metas do Plano Nacional de
90 Recursos Hídricos – PNRH. Fez ainda ressalva para as considerações finais trazidas no
91 documento, em suas folhas 33 e 34, com reforço para o caráter dinâmico da construção do
92 Plano. Teceu comentários sobre a proposta de Resolução apresentada (**Anexo III**), indicando
93 que teria encaminhado previamente sugestões de alterações (**Anexo IV**). Foram então abertos
94 os comentários sobre aspectos legais e institucionais da matéria, considerando que os debates
95 técnicos teriam se exaurido no âmbito da CTPNRH. O Sr. Gilberto Canali (Org. técnicas e de
96 ensino e pesquisa) indicou a falta de explicitação, tanto no documento quanto na proposta de
97 Resolução, da competência de implementação do PNRH. O Sr. Márley Mendonça
98 (SRH/MMA) citou então o Cap. IV do documento, cujo primeiro parágrafo traz: “*O Decreto*
99 *nº 5.776, de 12 de maio de 2006, estabelece, em seu art. 13, as competências da Secretaria de*
100 *Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, entre as quais destaca-se coordenar a*
101 *elaboração e auxiliar no acompanhamento da implementação do Plano Nacional de*
102 *Recursos Hídricos (inciso III).*” Citou ainda o texto do segundo parágrafo: “*Já a competência*
103 *legal da Agência Nacional de Águas - ANA no que tange à implantação, monitoramento e*
104 *avaliação do Plano Nacional de Recursos Hídricos é estabelecida na Lei 9984/2000,*
105 *notadamente no art. 4º, inciso XVIII - participar da elaboração do Plano Nacional de*
106 *Recursos Hídricos e supervisionar a sua implementação.*” A Sra. Patrícia Boson (Indústria)
107 propôs que junto com a Resolução fosse encaminhada Moção do CNRH recomendando a
108 criação de um grupo interministerial de fomento à implementação do PNRH. O Sr. Márley
109 Mendonça (SRH/MMA) contrapôs indicando a existência de uma estratégia governamental
110 para tal fim, citando inclusive um importante canal de trabalho do MMA com o Ministério do
111 Planejamento. Disse que, entretanto, caberia uma avaliação dessas medidas previstas. O Sr.
112 Valdemar Araújo (Min. Cidades) destacou um problema recorrente na formatação do PPA,
113 configurado pela localização distinta entre o gerente de um programa e os respectivos
114 recursos financeiros, devido às diferentes responsabilidades nas ações integrantes desse

115 mesmo programa. Opinou então que, pelo fato, seria oportuna a proposta apresentada de
116 criação de um grupo, indicando, entretanto, a forma de uma comissão permanente como mais
117 adequada. O Sr. Luiz Augusto Bronzatto (SRH/MMA) disse que, pelo princípio de
118 envolvimento de outras áreas de governo na implementação do PNRH, o processo de
119 detalhamento dos seus programas e sub-programas previa a participação das áreas
120 intervenientes. Ressaltou a importância de se conseguir uma sinergia das ações de
121 implementação do PNRH com as do PPA, pela condição desse último de instrumento legal de
122 planejamento do Governo. O Sr. Maurício Vasconcellos (ANA) lembrou a responsabilidade
123 da ANA pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Destacou como
124 dificuldade para a criação e montagem do grupo proposto a diversidade de agentes envolvidos
125 no Plano. Propôs que fosse criado um grupo no âmbito do CNRH com as atribuições
126 propostas. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) concordou com essa proposta e indicou
127 a responsabilidade da CTPNRH para tanto. Sugeriu então que fosse encaminhada a essa
128 Câmara uma recomendação para a criação de um grupo multisetorial com a atribuição de
129 acompanhamento da implementação do PNRH, como uma evolução de suas competências. A
130 Sra. Patrícia Boson (Indústria) esclareceu que a sua proposta inicial pretendia a internalização
131 do processo de implementação do Plano no Governo. Disse que concordava com o
132 encaminhamento para a CTPNRH pelo objetivo de internalização do PNRH no âmbito das
133 demais políticas públicas, com a intenção de torná-lo referência, inclusive para a utilização
134 dos recursos públicos federais. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) alertou que a
135 competência do CNRH não lhe garantiria função de liderança nesse processo proposto, pois
136 não lhe caberia o acompanhamento da execução, tampouco o controle sobre delegações,
137 dentre outros. A Sra. Ninon Machado (ONGs) observou que ao CNRH caberia a competência
138 de aprovar e acompanhar a execução e o cumprimento das metas do PNRH, vindo daí a
139 justificativa para o encaminhamento de recomendação à CTPNRH. O Sr. Luiz Augusto
140 Bronzatto (SRH/MMA) disse que essa questão levantada seria abordada nos debates ANA e
141 SRH/MMA sobre a Meta 2 do PNRH, quando as ações estratégicas e operacionais deveriam
142 prever essa integração. Disse que, portanto, esse tema seria abordado na CTPNRH quando
143 dos debates sobre a Meta 2 do Plano. Findo os debates, foi consenso a oportunidade do
144 encaminhamento de recomendação à CTPNRH para a criação de um grupo multisetorial de
145 acompanhamento da implementação do PNRH, como uma evolução de suas competência,
146 com destaque para a preocupação com a internalização do PNRH no âmbito das demais
147 políticas públicas. Partiu-se então para a análise do texto da proposta de Resolução, que ao
148 final ficou conforme **Anexo V**, sendo solicitado seu encaminhamento ao Plenário do CNRH
149 para deliberação superior. Durante os debates, a Sra. Ninon Machado (ONGs) solicitou
150 registro em ata da sua proposta de inclusão na Resolução do seguinte considerando, que não
151 fora acatada: *“Considerando, ainda, que a regulamentação do art. 12, § 2º, da Lei nº 9.433,*
152 *de 1997, está sendo objeto de estudos no âmbito das Câmaras Técnicas deste Conselho, em*
153 *especial da CTIL, e que oportunamente integrará a Estratégia de Implementação do PNRH,*
154 *em consonância com o art. 52 da Lei acima referida.”* Passou-se então, por solicitação de
155 vários presentes, ao **Item 11 de pauta: elaboração de proposta de nova composição para as**
156 **seguintes Câmaras Técnicas do CNRH: Análise de Projeto – CTAP; Águas Subterrâneas –**
157 **CTAS; Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT; Ciência e Tecnologia –**
158 **CTCT; Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR.**
159 O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) iniciou destacando o art. 25 do Regimento Interno
160 do CNRH, de condicionantes para a elaboração de proposta de composição para as Câmaras
161 Técnicas, além do art. 22, § 1º, que daria a competência dessa proposição para essa CTIL.
162 Lembrou que fora encaminhado pela Secretaria Executiva aos Srs. Conselheiros um ofício
163 com a solicitação de manifestação de interesse de participação nas cinco Câmaras em questão,
164 cujas respostas teriam sido consolidadas conforme **Anexo VI**. Os debates foram então
165 iniciados pela CTGRHT, seguindo-se da CTCT. O Sr. João Clímaco (ONGs) solicitou
166 registro da importância do aumento da participação dos segmento das ONGs nas Câmaras
167 Técnicas, de uma para duas possibilidades de vaga. Por sua vez, a Sra. Eliane Barbosa
168 (AGEVAP/CEIVAP) requereu registro da sua solicitação que as agências e entidades

169delegatárias viessem a ter participação explícita nas Câmaras Técnicas do CNRH, assim os
170Comitês em bacias de rios de domínio da União, como o CEIVAP. A Sra. Patrícia Boson
171(Indústria) propôs que fosse repensado o número de dezessete integrantes das Câmaras, uma
172vez que os pleitos apresentados sempre estariam em torno de vinte. O Sr. João Clímaco
173(ONGs) propôs que fossem estudadas alterações na Resolução CNRH nº 5, de 2000, nos
174aspectos referentes à representatividade. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e
175usuários de água para o lazer e turismo) indicou um desequilíbrio existente na representação
176dos usuários, resultado de sucessivos decretos de regulamentação do CNRH, uma vez que o
177segmento por ele representado teria direito a apenas uma vaga, em detrimento de outros com
178três, o que acarretaria uma prevalência de pontos de vista. A Sra. Ninon Machado (ONGs)
179solicitou registro da importância da Moção CNRH nº 36, de 2006, ainda sem resposta, que
180encaminhava uma proposta de aumento da composição desse Conselho. O Sr. Julio Thadeu
181Kettelhut (SRH/MMA) observou que todas essas ponderações apresentadas seriam anotadas e
182consideradas para a proposição de futuras pautas nesta CTIL. Retornou-se então ao debate
183para a proposição de uma nova composição para as cinco Câmaras do CNRH, agora sobre a
184CTAP. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo)
185solicitou registro que a proposta apresentada para a composição da CTAP mantinha a forma
186de decisão preponderante no CNRH, uma vez que o seu Plenário apresentaria uma
187composição de 50% mais um de representantes do Governo Federal. A Sra. Ana Cristina
188Mascarenhas (CERH-BA) também solicitou registro do seu protesto pela composição
189sugerida para a CTAP, um desrespeito ao princípio da proporcionalidade entre os segmentos.
190O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo)
191apresentou uma proposta de análise por segmento para a elaboração da composição das
192Câmaras, que não foi acolhida, mas contou com o apoio do Sr. João Clímaco (ONGs) e da
193Sra. Ana Cristina Mascarenhas (CERH-BA). Os trabalhos foram então retomados com as
194proposições para a CTAS e a CTPOAR, ficando ao final a proposta de composição para as
195cinco Câmaras Técnicas do CNRH conforme **Anexo VII**, sendo solicitado seu
196encaminhamento ao Plenário do CNRH para deliberação superior. Em seguida, às 12h45, a
197reunião foi interrompida para o período de almoço, com reinício às 14h05, passando-se ao
198**Item 7 de pauta: análise da proposta de Moção que “recomenda princípios e prioridades de**
199**investimento de ciência e tecnologia em recursos hídricos”, encaminhada pela CTCT.** O Sr.
200Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) agradeceu a presença e convidou o Sr. Wilson Cabral
201(ITA/Organizações técnicas de ensino e pesquisa), Presidente da CTCT, para apresentar a
202matéria. O Sr. Wilson Cabral (ITA/Organizações técnicas de ensino e pesquisa) disse que essa
203versão da proposta de Moção apresentada, e respectivo Anexo (**Anexo VIII**), traziam
204incorporadas praticamente todas as sugestões anteriormente encaminhadas por essa CTIL,
205sendo fruto de análise realizada no âmbito da CTCT. Comentou que a citação dos fundos e
206parcerias em ciência e tecnologia, contidas ao final do Anexo, pretendia reforçar aqueles de
207maior importância, e não promover uma ingerência em suas ações. Expôs então uma nova
208versão do documento (**Anexo IX**), consequência da apresentação de emenda ao Anexo
209durante a reunião da CTCT realizada na manhã deste dia de hoje, 28 de novembro. Já nos
210comentários, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sugeriu que, tanto no título do Anexo
211quanto em outras partes do documento, não fosse utilizada a sigla C&T, mas “ciência e
212tecnologia” por extenso. O Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês) destacou a importância dessa
213iniciativa da CTCT, inclusive pelo seu caráter dinâmico e expôs seu voto favorável pelo
214encaminhamento ao Plenário. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) comentou que todos
215os fundos de fomento possuíam sistemáticas de definição de suas linhas de aplicação de
216recursos e que, portanto, a CTCT poderia avaliar uma forma de participar/colaborar nas etapas
217pertinentes. O Sr. Wilson Cabral (ITA/Organizações técnicas de ensino e pesquisa) falou da
218existência de demanda nesse sentido no âmbito da CTCT, o que teria sido verificado como
219não concretizável. Entretanto, lembrou que uma parte significativa dos representantes
220envolvidos na CTCT também teria atuação no âmbito do CT-Hidro, configurando-se assim
221uma forma de influência indireta. Com isso, os debates foram encerrados e feita a solicitação
222de encaminhamento da proposta de Moção com o parecer favorável desta CTIL para

223deliberação superior do Plenário do CNRH, na forma apresentada pela CTCT. Passou-se
224então ao **Item 3 de pauta: análise da proposta de Moção que “recomenda a integração dos**
225**Comitês de Bacia Hidrográfica com os Comitês Gestores de Parques Aquícolas” –**
226**encaminhada pela CT de Análise de Projeto – CTAP.** Com a palavra, o Conselheiro Marcelo
227Sampaio (SEAP/PR), encarregado da apresentação da matéria, que ressaltou na versão
228apresentada (**Anexo X**) as modificações promovidas no documento analisado anteriormente
229nesta CTIL. Indicou como principal objetivo da proposta de Moção a integração das ações dos
230previstos Comitês Gestores dos Parques Aquícolas com as dos Comitês de Bacias
231Hidrográficas e, em prosseguimento, explicou cada uma das recomendações trazidas na
232Moção. Já nos debates, o Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês) indicou que tanto o Decreto nº
2334.895, de 2003, quanto a Instrução Normativa nº 6, de 2004, não traziam a definição do termo
234Comitê Gestor de Parque Aquícola, utilizado na Moção. O Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR)
235explicou que essa seria uma definição utilizada pela SEAP para entes ainda não instituídos,
236mas que o seriam por Instrução Normativa após a aprovação dessa Moção. Indicou ainda que
237a proposta atual trazia a proposição de participação de representante dos Comitês Gestores
238dos Parques Aquícolas nos Comitês de Bacia. Por oportuno, o Sr. Marcus Vinicius Silva
239(Comitês) sugeriu a inclusão dessa forma de participação no regulamento dos Comitês
240Gestores dos Parques Aquícolas. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia
241hidrelétrica) reforçou a importância da participação de representação da ANEEL nos Comitês
242Gestores dos Parques Aquícolas. Ratificou o seu posicionamento pela importância da edição
243pelo CNRH de regras e diretrizes gerais para a integração desse setor usuário, incluindo-se aí
244também a ANA e a ANEEL. O Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR) expôs seu entendimento que
245a integração do usuário ao sistema de recursos hídricos se daria a partir da concessão da
246outorga de uso da água emitida pela ANA. Citou ainda os procedimentos ambientais e a
247avaliação técnica da SEAP, entre outros, como pré-requisitos para a aprovação/instalação de
248projetos de parques aquícolas. Afirmou que seria possível, e com sustentabilidade, a inserção
249da atividade de aquicultura nos reservatórios. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de
250energia hidrelétrica) ratificou seu posicionamento no que diz respeito à carência de regras,
251diretrizes e restrições para as atividades desse segmento usuário em reservatórios e à
252necessária integração entre CNRH, ANA e ANEEL no estabelecimento das mesmas.
253Finalizou considerando a importância de que novos segmentos se integrem aos processos
254produtivos em reservatórios, mas que essa integração seja devidamente suportada por regras
255e diretrizes gerais para sua ação. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) indicou a necessidade de
256adequações importantes na proposta quanto às relações institucionais. Disse ainda que a
257proposta pretendia a constituição dos denominados Comitês Gestores dos Parques Aquícolas,
258na verdade uma forma de organização de um grupo de usuários com uma única outorga de
259uso da água, configurando-se aí sua relação com o SINGREH. O Sr. Marcelo Sampaio
260(SEAP/PR), em concordância, disse que a intenção seria o agrupamento de vários usuários em
261um mesmo parque aquícola, cujo licenciamento ambiental e outorga seriam solicitados
262distintamente e de forma única, visando incorporar responsabilidades de monitoramento no
263processo, reforçando-se assim um sistema de gestão associativa. O Sr. João Clímaco (ONGs)
264opinou que a proposta apresentada dos parques aquícolas se constituía em mais uma instância
265de gestão, ou estrutura de poder, no corpo de água. Questionou a não inclusão da participação
266social na constituição dos parques, na mesma forma indicada para a autoridade marítima e a
267autoridade outorgante. Em resposta, o Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR) citou a constituição
268dos Comitês Gestores dos Parques Aquícolas agregando pequenos produtores, em um
269processo com forte preocupação com os fatores sócio-econômicos do entorno dos
270reservatórios. Lembrou que a proposta de Moção viria no sentido de recomendar a integração
271dos Comitês Gestores dos Parques Aquícolas com os Comitês de Bacia, não trazendo,
272portanto, detalhes sobre a constituição e finalidade dos Parques. A Sra. Cristina Yuan
273(Indústria) expôs sua preocupação se os Comitês Gestores dos Parques Aquícolas não seriam
274mais uma estrutura com a finalidade de suprir deficiências de regulamentação do setor de
275recursos hídricos e ainda, se não estariam sendo usurpadas competências de outros órgãos,
276inclusive dos Comitês de Bacia. O Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR) esclareceu que caberia à

277SEAP a gestão dos Parques Aquícolas e que os propostos Comitês Gestores viriam para torna-
278la descentralizada. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) observou que a forma de
279funcionamento dos Parques Aquícolas seria definida em regulamento específico, afeto à
280SEAP/PR. Disse que, entretanto, não seria cabível a indicação de representantes para
281participação nos Comitês de Bacia, uma vez que o segmento usuário é que deveria organizar-
282se e se fazer representar por apenas um. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) disse que
283caberia na proposta uma melhor explicitação da relação dos Comitês Gestores dos Parques
284Aquícolas com o sistema de recursos hídricos e ainda, quais funções a SEAP pretendia a eles
285delegar. Com isso, sugeriu que a proposta deveria ser mais amadurecida para nova
286apresentação nesta CTIL. O Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR) esclareceu que a SEAP teria
287atribuições para a criação dos Comitês Gestores dos Parques Aquícolas, ratificando a intenção
288da proposta de Moção de promoção de uma integração com o sistema de recursos hídricos, se
289entendida como pertinente. O Sr. Maurício Vasconcellos (ANA) questionou a pertinência de
290uma Moção do CNRH recomendando a instituição dos Comitês Gestores dos Parques
291Aquícolas, entes não previstos na estrutura do SINGREH, e ainda, como se daria a promoção
292da participação dos Comitês Gestores dos Parques Aquícolas pelos Comitês de Bacia, uma
293vez que, conceitualmente, o segmento usuário é que demonstraria seu interesse de
294participação. Fez críticas à recomendação, trazida na proposta, de que a SEAP promovesse “a
295instituição de Comitês Gestores dos Parques Aquícolas,..., garantindo a manutenção e
296melhoria da qualidade dos recursos hídricos.” O Sr. João Clímaco (ONGs) expôs sua
297preocupação de como seriam abordados pela SEAP os conflitos recorrentes pelo uso da água
298em regiões delimitadas, como o caso dos Parques Aquícolas. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
299(SRH/MMA), pela sua condição de Presidente da CTAP, informou da ocorrência, no âmbito
300daquela Câmara, de apresentação sobre os Parques Aquícolas, sua importância econômica e
301social, destacando-o como uma forma de organização do setor usuário, dotada de regras
302próprias. A intenção da Moção, esclareceu, seria o reforço da participação do setor usuário no
303SINGREH. O Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR) ratificou que a proposta apresentada não
304pretendia regulamentar a questão dos Parques Aquícolas e que apenas traria recomendações.
305Esclareceu também que a manifestação conclusiva dos órgãos licenciadores envolvidos seria
306anterior à demarcação do Parque. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) disse não considerar ajustada
307a redação da proposta e sugeriu seu retorno à CTAP para adequação. O Sr. Julio Thadeu
308Kettelhut (SRH/MMA) sugeriu a inserção de um considerando na proposta indicando
309competências da SEAP nesse tema e ainda, que ficasse explicitado na recomendação que
310caberia à SEAP promover a participação de representante dos Parques Aquícolas nos Comitês
311de Bacia. Finalizados os debates, ficou decidido que o texto da proposta de Moção deverá ser
312aprimorado no âmbito desta CTIL, procurando-se explicitar as questões abordadas nesta
313reunião. Foi criado então um Grupo de Trabalho para a consecução dessa tarefa, com prazo
314até a próxima reunião desta CTIL, assim composto: Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR), Sra.
315Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica), Sra. Patrícia Boson (Indústria) e Sr.
316Maurício Vasconcellos (ANA). Passou-se então ao **Item 9 de pauta: análise da proposta de**
317**Resolução que “aprova os novos valores e mecanismos de cobrança pelo uso de recursos**
318**hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul” - encaminhada pela CT de**
319**Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB.** A Sra. Maria Aparecida Vargas
320(CEIVAP), Secretária Executiva do CEIVAP, fez a apresentação da matéria indicando as
321Deliberações CEIVAP nº 65 (**Anexo XI**) e 70 (**Anexo XII**), ambas de 2006, e citando o prazo
322de validade de 31 de dezembro próximo para os atuais valores e critérios adotados para a
323cobrança pelo uso da água nos rios de domínio da União da área de abrangência do Comitê.
324Destacou, dentre os coeficientes multiplicadores dos mecanismos de cobrança, o denominado
325“K gestão” e citou a adoção de mecanismo diferenciado de pagamento. Passou a palavra ao
326Sr. Patrick Thomas (ANA) que fez apresentação (**Anexo XIII**) com base nas Notas Técnicas
327ANA nº 57 (**Anexo XIV**) e nº 61 (**Anexo XV**) referentes às Deliberações do CEIVAP em
328questão. Destacou os aperfeiçoamentos propostos para esse novo período de cobrança no
329CEIVAP, dentre eles o coeficiente “K gestão”, com valor definido em 1 (hum), mas que
330segundo a proposta poderia assumir valor igual a zero nas seguintes situações: a) na Lei de

331Diretrizes Orçamentárias para o ano subsequente não estiverem incluídas as despesas relativas
332à aplicação das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos a que se referem os incisos
333I, III e V do art. 12 da Lei Federal nº 9.433, de 1997, dentre aquelas que não serão objeto de
334limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Federal Complementar nº 101, de
3352000; b) houver o descumprimento, pela ANA, do Contrato de Gestão celebrado entre a ANA
336e a AGEVAP. Discorreu também sobre o mecanismo diferenciado de pagamento,
337estabelecido com o objetivo de incentivar investimentos, aprovados no âmbito do Comitê,
338com recursos próprios ou onerosos dos usuários, em ações de melhoria da qualidade, da
339quantidade de água e do regime fluvial, consistindo-se em uma forma do usuário privado ter
340acesso aos recursos da cobrança. Já nos debates, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA)
341disse que reconhecia a competência dos Comitês para a proposição dos critérios e valores para
342a cobrança, originando assim a proposta apresentada de isenção do pagamento pelas PCHs até
343a emissão de um ato da ANEEL sobre a questão. Dessa forma, disse, estaria isento de
344pagamento um dos produtores de energia hidrelétrica, uma vez que os demais o fariam via
345compensação financeira. Solicitou registro do seu desconforto com relação a essa forma de
346isenção, porque estaria contrariando os fundamentos que teriam norteado a elaboração da Lei
347nº 9.433, de 1997. Questionou ainda se a aplicação do valor zero para o “K gestão” se referia
348ao não cumprimento do contrato de gestão como um todo por parte da ANA, ou de parte
349específica dele, referente à transferência de recursos financeiros oriundos da cobrança pela
350ANA à AGEVAP. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) esclareceu que seria específico
351para o repasse dos recursos arrecadados com a cobrança na bacia, uma prevenção ao
352contingenciamento desses valores no âmbito do orçamento federal. Com relação a cobrança às
353PCHs, informou que existiriam usuários do setor elétrico impedidos de efetuar o pagamento
354pelo uso da água, por decisão dos tribunais de contas. Em prosseguimento, o Sr. Julio Thadeu
355Kettelhut (SRH/MMA) comentou que a cobrança não deveria ser traduzida na forma de custo
356ao consumidor final do serviço, uma idéia de transferência que não deveria permanecer e que
357levaria os setores usuários, como por exemplo o de saneamento, a não se ocupar em otimizar
358suas operações, o que seria conceitualmente um dos objetivos da cobrança. A Sra. Sonáli
359Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) ratificou seu posicionamento pelo cuidado
360na aprovação no âmbito do CNRH do conteúdo integral das deliberações encaminhadas pelos
361comitês de bacia. Ponderou ainda que, conforme a Lei nº 9.433, de 1997, a cobrança se daria
362pelo uso dos recursos hídricos, não havendo na regulamentação vigente alusão se este recurso
363seria captado, derivado ou transposto. Desta forma, considerou que o CNRH deveria atuar na
364elaboração de diretrizes e regras gerais para o estabelecimento de um mecanismo de repasse
365de recursos financeiros, da bacia receptora para a bacia doadora, pelo benefício da
366transposição de água, mas que não se chame tal mecanismo de “cobrança pelo uso de recursos
367hídricos transpostos”. O Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP) opinou que o repasse dos
368recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água derivada de uma transposição se
369resolveria na forma de uma compensação à bacia de origem. Referindo-se ao critério proposto
370pelo CEIVAP na Deliberação nº 65, 2006, para a cobrança ao setor de mineração de areia,
371apontou a dificuldade operacional para a medição do volume de água remetido no caminhão
372transportador da areia. Disse que, no caso da cobrança no Estado de São Paulo, teria sido
373considerado o percentual de 5% sobre o volume total. Em argumentação, o Sr. Patrick
374Thomas (ANA) disse que praticamente todas as informações prestadas pelos usuários para
375efeito da cobrança seriam declaratórias. Findo os debates e considerando-se aprovado o
376encaminhamento da matéria para deliberação superior do Plenário do CNRH em sua 16ª
377Reunião Ordinária, de 7 de dezembro próximo, partiu-se então para a análise do texto da
378proposta de resolução que, ao final, com modificações, ficou conforme **Anexo XVI**. Passou-
379se então ao **Item 4 de pauta: análise da proposta de Moção que “recomenda a adoção do**
380**Sistema de Informação de Águas Subterrâneas – SIAGAS pelos órgãos gestores e usuários**
381**de informações hidrogeológicas” – encaminhada pela CTAS**. Com a palavra, o Sr. Marcelo
382Medeiros (CPRM), indicado pela CTAS para apresentação da proposta de Moção (**Anexo**
383**XVII**), o qual fez um histórico da elaboração e evolução do SIAGAS. Falou da missão da
384CPRM de condução de estudos de geologia e hidrogeologia de interesse da União. Citou o

grande volume de dados aportados na instituição a partir de década de 80, motivo pelo qual fora criado, no ano de 1994, um grupo que teria proposto a primeira versão de um banco de dados, que viria a se tornar o SIAGAS. Atualmente, informou, o Sistema adotaria um padrão aberto de construção, teria acesso público e agregaria dados de séries históricas, estando sua utilização disseminada por órgãos gestores de 16 Estados da União. Foi obtido consenso pela pertinência da proposta apresentada e obtido o parecer favorável desta CTIL para o seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH. Passou-se então ao **Item 5 de pauta: análise da proposta de Moção que “manifesta a posição do CNRH em defesa da proibição da importação de pneus usados e reformados.”** A proposta foi apresentada pela Sra. Ninon Machado (ONGs), que lembrou da sua análise na 87ª reunião desta CTIL, ocasião em que teriam sido solicitadas adequações e inserções no seu texto original. Dito isso, apresentou uma nova versão do documento (**Anexo XVIII**) destacando a inserção de dois novos considerando com a intenção de tornar explícita a interface do tema com a gestão de recursos hídricos. Nos debates, o Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) observou que a proposta apresentada trazia muitas afirmativas ainda não totalmente acordadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) expôs seu entendimento ser da competência do CONAMA tratar da questão. Indicou ainda a sua discordância com a explicitação, no considerando apresentado, do termo “poluidor-pagador”, ainda não devidamente traduzido na legislação vigente. Foi consenso que a proposta de moção careceria de uma melhor análise, inclusive com a verificação da pertinência de sua apresentação no sistema de recursos hídricos. Assim, foi solicitado à Sra. Ninon Machado (ONGs) que, com o auxílio do Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) e do Sr. Mauricio Vasconcellos (ANA), procedesse a uma nova avaliação do documento. Passou-se ao **Item 6: análise da proposta de Moção que “manifesta o interesse do CNRH na implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar”.** A proposta de Moção em questão (**Anexo XIX**) foi então analisada, mesmo com a ausência do Conselheiro Francisco Lobato (Org. técnicas e de ensino e pesquisa), autor da matéria. Após debates, feitas algumas modificações, foi solicitado o encaminhamento da proposta de Moção para deliberação superior do Plenário do CNRH, em sua forma conforme **Anexo XX**. Passou-se então ao **Item 8 de pauta: análise da proposta de Resolução que “altera o inciso III do artigo 2º da Resolução CNRH nº 10, de 21 de junho de 2000.” – encaminhada pela CT de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços.** O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) fez menção à forma de consulta específica encaminhada pela CTGRHT a esta CTIL, conforme o Ofício nº 35/2006 (**Anexo XXI**), sobre aspectos trazidos na proposta de Resolução em questão (**Anexo XXII**). Após debates, foi consenso o encaminhamento de sugestão à CTGRHT pelo encaminhamento da redação sugerida na proposta de resolução para o inc. III, art. 2º, da Resolução CNRH nº 10, de 2000, e pela retirada do terceiro considerando desta mesma proposta. Com isso, passou-se ao **Item 12 de pauta: relato das atividades do GT “Água e florestas” e do GT “Resolução ANA nº 399, de 2004”.** A Sra. Ninon Machado (ONGs), coordenadora do GT Água e florestas, fez um relato da reunião do GT realizada no dia anterior desta, 27 de novembro. Disse que, na oportunidade, fora discutido a importância do fortalecimento dos projetos piloto que pudessem comprovar o princípio do protetor-recebedor, da mesma forma que o Projeto Produtor de Água, desenvolvido pela ANA. Informou da pretensão do GT de realizar uma Oficina sobre a temática, cuja proposta de conteúdo estaria em revisão, em especial nas questões relacionadas a serviços ambientais e aspectos econômicos. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA), por sua vez, informou que o GT Resolução ANA nº 399, de 2004, também se reunira no dia anterior, 27 de novembro, tendo sido considerados concluídos os seus trabalhos e solicitada a inclusão do tema como item de pauta da próxima reunião desta CTIL, quando se pretendia encaminhar um relatório final. E assim, às 18h10, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) agradeceu a presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos desta 88ª reunião da CTIL.

RESUMO DA REUNIÃO:

Item 2: aprovada a ata da 87ª reunião da CTIL, com modificações;

438- Item 3: decidido que o texto da proposta de Moção deverá ser aprimorado no âmbito desta
439CTIL, procurando-se explicitar as questões abordadas nesta reunião; criado um Grupo de
440Trabalho para a consecução dessa tarefa, com prazo até a próxima reunião desta CTIL;
441- Item 4: obtido o parecer favorável desta CTIL para o encaminhamento da proposta de
442Moção para deliberação superior do Plenário do CNRH;
443- Item 5: foi consenso que a proposta de moção careceria de uma melhor análise, inclusive
444com a verificação da pertinência de sua apresentação no sistema de recursos hídricos;
445solicitado à Sra. Ninon Machado (ONGs) que, com o auxílio do Sr. Roberto Monteiro
446(SRH/MMA) e do Sr. Maurício Vasconcellos (ANA), procedesse a uma nova avaliação do
447documento;
448- Item 6: solicitado o encaminhamento da proposta de Moção para deliberação superior do
449Plenário do CNRH;
450- Item 7: solicitado o encaminhamento da proposta de Moção com o parecer favorável desta
451CTIL para deliberação superior do Plenário do CNRH, na forma apresentada pela CTCT;
452- Item 8: consenso pelo encaminhamento de sugestão à CTGRHT pela manutenção da redação
453adotada para o inc. III, art. 2º, da Resolução CNRH nº 10, de 2000, e pela retirada do terceiro
454considerando da proposta.
455- Item 9: aprovado o encaminhamento da matéria para deliberação superior do Plenário do
456CNRH em sua 16ª Reunião Ordinária, de 7 de dezembro próximo,
457- Item 10: solicitado encaminhamento da proposta de Resolução ao Plenário do CNRH, com o
458parecer favorável desta CTIL, para deliberação superior;
459- Item 11: elaborada uma proposta de composição para as cinco Câmaras Técnicas em
460questão, sendo solicitado seu encaminhamento ao Plenário do CNRH para deliberação
461superior.
462Ata aprovada na 89ª reunião da CTIL, realizada em 8 de fevereiro de 2007.

463
464
465
466
467
468
469
470

Julio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente da CTIL

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo
Relator